

## Do socialismo utópico e dos *Estados Unidos da Europa* dos anos 40/50 do século XX ao realismo europeu

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Coordenadora Científica do Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20.



### *A memória da Revolução*

A singularidade dos destinos nacionais subjaz a uma corrente historicista e romântica, alicerçada em forças tradicionais, não voltada para o universal nem para as relações intereuropeias. Assim, movimentos nacionais (1815-1840), concretamente na Europa central e oriental, ganham particular alento com o apoio da Igreja e dos grandes proprietários. É o exemplo da Hungria e da Polónia. Movimentos esses que, em nome dos direitos históricos, reforçam o seu sentimento nacional contra o jogo imperialista.

Mas também é verdade que contra a Europa dos reis emergiu a ideia de uma Europa dos povos fortalecida pelos ideais democráticos de justiça social, com o fim último de assegurar a paz universal – a de uma Europa «revolucionária».

A Revolução Francesa, também ela poderoso mito, sem dúvida o maior da primeira metade do século XIX, foi naturalmente alimentada pela visão dos românticos. De facto, o século XIX não cessou de refazer a Revolução Francesa. Não tanto a Revolução dos fins do século XVIII, mas sim o movimento revolucionário que ganha corpo depois de 1789 – promessas de Liberdade, de Igualdade, de Fraternidade – um processo interminável sem limites de tempo e de espaço. Mas não se pode olvidar que a Revolução Francesa se mantém viva pela reactualização dos seus ideais que persistem, e que se renovam nos anos 30-40.

Do período pós-revolucionário até à «Primavera dos Povos», de 1848, um espírito novo, mas com matrizes românticas, centrou-se no culto de uma Religião Nova – crença no Progresso, crença na Solidariedade, crença na Humanidade. Isto é, o romantismo social, eivado de uma fé religiosa que estimula uma dinâmica constante na busca da Verdade, marcado pela nostalgia do primitivismo evangélico e com acentuada força humanitarista, é o pano de fundo do discurso messiânico dos socialistas utópicos. Relação que perspectiva a justificação do Eterno no mundo temporal. Esta é a «grande lição do Cristianismo dos Evangelhos – afirma Fernando Catroga – e da religião do homem, que a religião civil teria de reelaborar»<sup>1</sup>. A Igreja dos românticos é a Igreja Universal, a comunidade dos fiéis, o mesmo é dizer, a própria Humanidade.

O Cristianismo revela-se como uma nova síntese. «A sacralização do profano e a politização do religioso» ganham então particular importância nesta comunicação entre o divino e o humano alimentada, todavia, pela crença no devir, pela crença na esperança escatológica.

<sup>1</sup> Fernando Catroga, *Entre Deuses e Césares. Secularização, laicidade e religião civil. Uma perspectiva histórica*, Coimbra, Almedina, 2006, p. 126.



É neste contexto que a ideologia cristã é relançada com bases novas – as de uma cosmoteologia<sup>2</sup>. Para os socialistas utópicos, o fundamento escatológico do futuro da Humanidade assenta na esperança triunfante da Democracia. Assim, na linha rousseaniana, a «religião civil tende a ser (pelo menos como ideia-tipo) um projecto de santificação de uma entidade secular – o contrato social, a Nação, a Pátria –, mesmo quando não convoca, como fundamento, uma Deidade»<sup>3</sup>. Mas quando se invoca Cristo ele é, para os românticos e também para os utopistas de meados de Oitocentos, o que anuncia a libertação, sinónimo de advento democrático.

Por outro lado, os ditames essenciais do Cristianismo são lembrados como sustentáculo ideológico das concepções demorepublicanas. Ou seja, o germe da universalidade e do ecumenismo, na base de um sincretismo religioso, a que as revoluções republicanas de 1848, sobretudo a francesa, que ocorre em Paris em 24 de Fevereiro, conferem alor, estimula as esperanças na prática da Fraternidade.

É conhecido que a questão social ganha essencial e notória importância na década de 30 e 40. As massas trabalhadoras, já bem conscientes dos seus problemas sociais, dão os primeiros passos no caminho da emancipação política. Arvoram a bandeira da República, reivindica-se o sufrágio universal, luta-se pela libertação social. Por sua vez, as revoluções liberais na década de 20, a independência da Bélgica, em 1830, os movimentos nacionalistas e republicanos que varrem a Europa, o exemplo paradigmático dos revolucionários, como o italiano Giuseppe Mazzini (1805-1878) ou o húngaro Kossuth, estimulam a fé republicana e o credo revolucionário dos demo-republicanos e dos socialistas. É esse «evangelho político» que sacraliza o Ente profano – o *Povo*, e que enfatiza o carisma da democracia pela exaltação da Igualdade – ideia-chave dessa Religião Nova que é a União da Humanidade. O *Povo*, envolto numa auréola messiânica, é também o *Povo* torturado que sofre de injustiças sociais, à imagem de Cristo Crucificado. Ora é esse *Povo*, e em nome do *Povo*, que nos anos 40, e sobretudo após a instauração da II República Francesa, em 1848, se apela à união, à prática do sufrágio universal, à abolição da escravatura, à garantia das liberdades individuais. Mas para transformar esse mundo dominado por uma sociedade burguesa, clerical, individualista, injusta, opressora, formulam-se ou reactualizam-se conceitos, ideias e doutrinas. Reformar o mundo é, desta forma, terreno rico de acção para os utópicos. De facto, o discurso messiânico e profético dos socialistas utópicos tem a ver com estes dois pólos: o regresso ao *Reino de Deus*, tal como se explica nos Evangelhos e se anuncia na Igreja primitiva, e a sua projecção no futuro. Como se vê, a cristologia e a

<sup>2</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, «O Cristianismo Social de 1848», *Revista de História das Ideias*, vol. 9, Coimbra, Faculdade de Letras, 1987, pp. 481-494.

<sup>3</sup> Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 138.

mensagem evangélica conhecem uma significativa revivescência na mentalidade romântica dos demo-republicanos e socialistas utópicos. É igualmente verdade que esse espírito evangélico do romantismo social e humanitarista dos utópicos e dos revolucionários de 1848 enformou ideologicamente os demo-republicanos portugueses. República/Religião, Povo/Cristo, França/Messias – Redentor são binómios em cujo horizonte se pode inteligir melhor o significado das imagens, das representações, das alegorias – o seu sentido último: a *Redenção*, melhor dito, a *Auto-Redenção*, a conquista do homem pelo homem, a *Libertação*, a *Emancipação*, a *Salvação*. Linguagem messiânica, com um sentido acentuadamente laicizante. *Auto-Redenção*, qual força libertadora do jugo da tirania, da ditadura, da oligarquia, da opressão capitalista.

Pode também sustentar-se, a esta luz, que as divisas da República são também a tradução laica das máximas do Cristianismo. E é também esse imperativo sacral que justifica, no pensamento de alguns utópicos, a Revolução armada, o Calvário das barricadas, necessários à *Ressurreição* da Humanidade. «É apanágio do religioso e do sagrado colocar as suas epifanias para lá do tempo e do espaço profanos, insinuando-se que pertencem à ordem do eterno»<sup>4</sup>. A esse credo, a essa fé dos utópicos subjaz uma filosofia do porvir, o mesmo é dizer, o anseio da *Ressurreição*. E é a França, porque incarna a figura do Messias esperado, que inicia o processo de *Redenção* Universal. A França libertadora pela Revolução. Numa perspectiva ecuménica, a França/Messias era o êmbolo acelerador do processo de emancipação dos Povos<sup>5</sup>.

Sabe-se que a esta filosofia humanitarista, a este credo no porvir, está subjacente um sentido social e político, vivificado, todavia, pelo espírito do Evangelho e dos profetas, mas com acentuada conotação de uma teologia herética. Assim, podemos afirmar que há uma transposição laica dos conceitos evangélicos, como há uma sacralização de princípios e de valores nesta filosofia e nesta fé dos utópicos. É que a «centração terrena das raízes e das expectativas do homem e da sociedade trouxe, de facto, uma mudança... que constituiu mais um *transfert* do que uma autêntica ruptura»<sup>6</sup>. Princípios liberais, democráticos e socializantes e conceitos da teologia e escatologia cristãs, isolados ou interligados, com profundo sentido laico, são o instrumento de mudança, da obra da Humanidade, o mesmo é dizer, da sua *Redenção*, enfim, da *Redenção* Universal.

Este horizonte permite compreender o ideal universalista constante na palavra e na escrita dos republicanos e socialistas, também portugueses, de meados do século XIX. Porém, ele

<sup>4</sup> Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 178.

<sup>5</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, *art. cit.*, p. 490.

<sup>6</sup> Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 244.



não é inconciliável com o patriotismo que acalentam. Não admira, portanto, que a figura do patriota seja verdadeiramente mitificada. Mobilizam-se esforços para o reconhecimento das nacionalidades no contexto de organização internacional. Não é por acaso que Mazzini, Kossuth, Garibaldi são heróis venerados pelos demo-republicanos e socialistas portugueses. A figura destes heróis e patriotas é retratada na gravura e, de forma encomiástica, é tema na poesia, na imprensa jornalística, na literatura socializante.

Alegorias móveis, há-as também como as manifestações, os cortejos, a exemplo do que se passou em Paris, após a revolução de 24 de Fevereiro de 1848. Em nome da República e da Santa Aliança dos Povos, portugueses e espanhóis arvoraram, em Paris, a bandeira ibérica, azul e branca, sem armas nacionais, e gritaram um *Viva à Península Ibérica*.

A vitória republicana francesa é saudada pela Academia de Coimbra que se congratulou com os movimentos revolucionários em Itália, na Polónia, na Áustria e na Hungria, em nome da Fraternidade Universal. Também na linha do carbonarismo italiano e da doutrina do herói nacionalista Mazzini, os carbonários portugueses lutavam, como apóstolos de uma venerável causa, pela Santa Aliança dos Povos<sup>7</sup>.

#### *A utopia dos Estados Unidos da Europa*

A Europa sonhada em meados de Oitocentos, no âmago da efervescência dos movimentos revolucionários, republicanos, nacionalistas, era a Europa sob influência francesa. Relembro que a França e o seu destino eram então a «vanguarda das vanguardas da humanidade»<sup>8</sup>. Daí que Victor Hugo refira explicitamente que «c'est le Dieu qui fait la pièce et c'est la France qui joue le rôle»<sup>9</sup>. No pensamento hugoliano, a concepção de Estados Unidos da Europa é concomitante com a ideia de República Universal. Como concretizar este projecto? Em 1849, mercê das anteriores experiências revolucionárias, Victor Hugo explicita o seu projecto europeu: criação de uma instituição deliberativa, eleita por sufrágio universal e que funcionaria à escala do continente. Gerir e prevenir os conflitos e eliminar as injustiças era o objectivo primordial deste «Parlamento» proposto por Hugo.

<sup>7</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, «A memória da Revolução francesa nos movimentos revolucionários de 1848 em Portugal e no Brasil», *Revista de História das Ideias*, vol. 11, Coimbra, Faculdade de Letras, 1989, pp. 357-372.

<sup>8</sup> Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 246.

<sup>9</sup> Cf André et Danielle Cabanis, *L'Europe de Victor Hugo*, Éditions Privat, 2002, p. 31.

Como Giuseppe Mazzini, que em 1849 fundou uma efémera República romana, Victor Hugo preside, neste mesmo ano, ao primeiro Congresso de Paz, em Paris. Em tempos de contra-revolução, Hugo exorta à Paz e propala uma ideação tão audaciosa quanto sedutora – a dos Estados Unidos da Europa. Assim diz o Poeta:

«... Un jour viendra où l'on verra ces deux groupes immenses, les Etats-Unis d'Amérique, les Etats-Unis d'Europe, placés en face l'un de l'autre, se tendant la main par-dessus les mers, échangeant leurs produits, leur commerce, leur industrie, leurs arts, leurs génies, défrichant le globe, colonisant les déserts, améliorant la création sous le regard du Créateur, et combinant ensemble, pour en tirer le bien-être de tous, ces deux forces infinies, la fraternité des hommes et la puissance de Dieu...»<sup>10</sup>.

Sob a ditadura de Luis Napoleão Bonaparte, a França perde a legitimidade do seu magistério moral como país-piloto da Europa. E Hugo, então no exílio, evoca a França do passado. Foi este momento de aprendizagem no estrangeiro que o confrontou com o *Outro*. Essa abertura à Alteridade permite-lhe analisar, com mais realismo, a Europa. Mas que Europa? A Europa é a Rússia sob o jugo de Czar, a Itália sob o domínio papal, a Polónia dominada, a Hungria agonizante. Ou seja, a Europa dos oprimidos – a «Europe, aïeule en pleurs, de misère amaigrie...»<sup>11</sup>, como evoca na sua *Carte d'Europe* – povos oprimidos, repito, mas portadores do germe revolucionário de um futuro sonhado. E Hugo repete as três palavras mágicas: «Unité! Europe! Humanité».

#### *A utopia hugoliana - reflexos em Portugal*

Os ecos da revolução de '48 e das utopias hugolianas tocaram uma elite de intelectuais política e ideologicamente fiéis ao setembrismo radical, ao ideário dos utópicos franceses – Saint-Simon, Fourier, Proudhon. Propalavam, como Hugo, a República Universal, preocupavam-se com a questão social, contestavam o poder centralizador e oligárquico vigente em Portugal em meados de Oitocentos. Assim, António Pedro Lopes de Mendonça, formado na Escola Politécnica de Lisboa, jornalista, folhetinista, autor do romance de actualidade, José Maria do Casal Ribeiro, diplomado em Direito, também jornalista e redactor de opúsculos anónimos que circularam

<sup>10</sup> Victor Hugo, «Politique. Discours d'ouverture du Congrès de la Paix, à Paris», le 21 août 1849, in *OC*, Paris, Lafont, p. 301.

<sup>11</sup> Cf. André et Danielle Cabanis, *ob. cit.*, p. 41.



clandestinamente em 1848, Francisco de Sousa Brandão, que cursou engenharia na École des Ponts et Chaussées, em Paris, Custódio José Vieira e Marcelino de Matos, que se licenciaram em Direito, em Coimbra, e foram assíduos articulistas de vários jornais e, em particular, José Félix Henriques Nogueira, funcionário público, autor de duas obras de relevância particular: *Estudos sobre a Reforma em Portugal* e *O Município no Século XIX*.

Homens da geração de '48, tributários das ideologias dos utópicos, defensores da Democracia, da República, da Associação, da Federação dos Povos.

A leitura dos múltiplos artigos destes intelectuais nas folhas periódicas e nas revistas da época, ou dos discursos parlamentares, – é o caso do deputado Lopes de Mendonça –, ou das obras que nos legaram e dos projectos que idealizaram, comprovam-nos como assimilaram as doutrinas sociais e políticas dos teóricos socialistas e das obras de literatura social. Homens viajados. Assim se rasgavam os seus novos horizontes na Europa. Assim se estimulava o seu sentir universalista. Não admira que muito radicalmente afirmassem a premência de Portugal se abrir à Europa. Com efeito, ao convocar a urgente Federação Ibérica por razões políticas, sociais, económicas, sustentavam as suas teorias iberistas na necessária marcha para a Federação Europeia. De forma mais sistemática, fê-lo o federalista Henriques Nogueira que, à imagem e semelhança de Victor Hugo, elaborou a institucionalização de uma federação internacional sob a forma de República Universal. O federalismo não era, de modo algum, incompatível com o patriotismo.

Também para estes utópicos portugueses a Federação Ibérica, primeiro passo para a futura Federação Europeia, consumaria a realização última dos Estados Unidos da Europa. Os modelos paradigmáticos eram, também para eles, os Estados Unidos da América e a Confederação Helvética, na Suíça<sup>12</sup>. Era na Federação que melhor se espelhava a conciliação das tendências ecuménicas da razão histórica com as exigências das especificidades nacionais.

Se a conjuntura de 1848 e os ecos do romantismo social, como a voz de Hugo se fez ouvir, explicam e estimulam o ideário socialista e federalista, o impacto dos movimentos e depois partidos, bem como, e de novo, a doutrina hugoliana estiveram na base da linha de pensamento dos intelectuais portugueses dos anos setenta.

<sup>12</sup> Veja-se Fernando Catroga, «Nacionalismo e Ecumenismo. A Questão Ibérica na segunda metade do século XIX», *Revista Cultura, História, Filosofia*, vol. IV, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1985, pp. 419-463; Vítor Neto, «Iberismo e Municipalismo em J. F. Henriques Nogueira», *Revista de História das Ideias*, vol. 10, Coimbra, Faculdade de Letras, 1988, pp. 753-768; Maria Manuela Tavares Ribeiro, «Utopismo, Internacionalismo, Pacifismo», in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa. Homenagem ao Professor Victor de Sá*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp. 289-302 e «Victor Hugo-o Profeta dos Estados Unidos da Europa», in *Portugal e o 'Outro': Imagens e Viagens*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2004, pp. 13-24.

Já as polémicas político-culturais como a Questão Coimbra, em 1865, e as Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, em 1871, entre outras, denunciavam muito claramente a vontade e urgente necessidade de assimilar o «espírito moderno» que animava a Europa. São sugestivas as palavras de Eça de Queirós no *In Memoriam* a Antero de Quental: «as ideias de que da Europa vem a aurora, vem a redenção, vêm as coisas novas...». É, aliás, também neste sentido que Antero acentua na sua Conferência sobre as *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, em 1871, que é preciso «ligar Portugal com o movimento moderno» e, mais ainda, «procurar adquirir a consciência dos factos que nos rodeiam, na Europa». Esta Europa a um tempo espaço geográfico, cultural, religioso, mas também psicológico e social. O mesmo é dizer com as palavras de Eça: «um grande corpo simbólico em que cada pátria é uma forte qualidade física ou uma ambição inteligente da alma... e em Portugal é a vigorosa acção vital, o movimento espontâneo, a decisão violenta do sangue»<sup>13</sup>. Pelo exposto, pode afirmar-se que a Europa ganha força anímica.

Nesta linha, Teixeira de Vasconcelos, ao evocar a morte de Victor Hugo, em 1885, acentua o seu significado na história e na cultura europeias. A morte do «grande homem» é, na perspectiva de Teófilo Braga, um momento afectivo, um fenómeno social. Por esta razão, a morte de Hugo era, em termos simbólicos, a rememoração do «pai» da comunidade dos povos da Europa, isto é, da aliança federativa dos povos. E Teixeira Bastos explana na sua doutrina a necessidade da unificação europeia com este objectivo supremo – consumir a solidariedade entre os povos. E quando se refere ao momento de glorificação de Victor Hugo afirma: «é da Europa dos povos que aqui se fala, a das ligações entre eles, por outras palavras, a dos sentimentos, a dos espíritos». E conclui na *Revista de Estudos Livres*, em 1885: «A apoteose solene de Victor Hugo é a homenagem dos povos modernos, conscientes da sua solidariedade, ao precursor da futura civilização, ao apóstolo que pelos seus actos e palavras mais contribuiu para apressar o advento da unificação temporal e espiritual da humanidade»<sup>14</sup>.

A este respeito, percebem-se as palavras de Eça ao recordar o «excelso e augusto» Mestre, Victor Hugo: «...Corri enlevado atrás do voo lírico dos seus entusiasmos... é assim que me conservei acreditando delicadamente nos Estados Unidos da Europa, mesmo quando amigos caritativos me procuravam arrancar, com súplicas e sarcasmos, para fora dessa crença infantil»<sup>15</sup>. E se a crença nos Estados Unidos da Europa lhe parece utópica no contexto naturalista, a verdade

<sup>13</sup> Eça de Queirós, «Da Pintura em Portugal», in *Prosas Bárbaras*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., p. 228.

<sup>14</sup> Teixeira Bastos, «Victor Hugo», *Revista de Estudos Livres*, 1885, pp. 105-113.

<sup>15</sup> «Uma carta de Eça de Queiroz sobre Victor Hugo ao director da Ilustração», in A. A. Gonçalves Rodrigues, *Victor Hugo em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1985, pp. 9-17.



é que esta ideia se inscreve na conceptualização queirosiana de evolução da Humanidade, denominador comum aos intelectuais da sua geração.

### *A Europa em crise*

Nas décadas finiseculares de Oitocentos ocorreram vários Congressos de Paz, realizaram-se as Conferências em Haia (1899 e 1907), aduziram-se razões e estratégias para (re)construir a paz, relançando-se a ideia de reorganização de uma «união europeia» num panorama de ambição universalista. Teorias a favor do desarmamento e da criação de instâncias de arbitragem internacional foram então insistentemente marcadas. Refira-se o fervor pacifista da política papal de Leão XIII (1878-1903) e de Bento XV (1914-1922). Num outro registo é também significativa a doutrina de Charles Lemonnier e do seu discípulo, o republicano federalista Sebastião de Magalhães Lima.

No entanto, as esperanças de união e os sonhos internacionalistas sofreriam o confronto do fulgor dos imperialismos.

Apesar do sentimento pessimista perante o declínio do Ocidente e a crise da Europa, várias e distintas reflexões de teor político e de carácter cultural foram produzidas sobre o espaço europeu. Mas também é verdade que se apresentaram então vários projectos de «união europeia». De um modo mais explícito ou mais mitigado, pese embora a efervescência e a consolidação dos nacionalismos, dos fascismos e dos totalitarismos, eles não eliminaram, ao invés, estimularam mesmo o desejo de consumir a paz e a «união europeia». Não admira por isso que, para além da problematização e do debate dos teóricos e dos escritores no fim do século XIX e nos anos 20, no pós - I Guerra Mundial, se vão traçar orientações concretas do movimento europeu e dos projectos de «união europeia».

### *Os olhares dos intelectuais portugueses*

Se os demoliberais, socialistas e republicanos portugueses idealizaram utopicamente os Estados Unidos da Europa, também os modernistas pensaram a Europa.

Assim, Álvaro de Campos, no *Portugal Futurista*, define a Europa ambiciosa, sedenta de criação, capaz de reinventar novos mitos, dado que a lenda pode tornar eterna a realidade<sup>16</sup>. E no seu poema *O dos Castelos*, Fernando Pessoa revela ainda a sua preocupação com a «formulação de uma nova atitude civilizacional portuguesa»<sup>17</sup>. Também Almada Negreiros manifestou, nos seus dois ensaios publicados nos *Cadernos Sudoeste* (Junho de 1935), que a Europa, como Prometeu, tem sede de conhecimento<sup>18</sup>. Há um claro sentido europeísta neste sentido de elevação espiritual da Europa. Anos mais tarde, Adolfo Casais Monteiro, ao interrogar-se sobre o sonho futuro da Europa, sobre a paz do «lar comum», acentua que a reconstrução só será exequível pela Paz. Para vencer o trauma da guerra fratricida, da II Guerra Mundial, a Europa «será vida» pela união pacífica entre as nações<sup>19</sup>.

No período entre as duas guerras, repito, a geração da década de 20 procurava incessantemente a consolidação da desejada paz. De facto, ao lermos os artigos da *Seara Nova* verificamos que muitos dos intelectuais redactores apelam à união, à solidariedade e à paz. É sintomático o discurso de alguns um claro fervor internacionalista como em Rodrigues Miguéis e em Jaime Cortesão<sup>20</sup>. Este, ao reconhecer o papel mediador da Sociedade das Nações, confessa o seu espírito universalista e exprime o seu pessimismo em relação aos Estados Unidos da Europa. E se Emílio Costa anuncia as virtudes da unidade económica e aduaneira, ele dá também importância primacial à acção revigoradora do espírito europeu pela consolidação da paz.

Por sua vez, António Sérgio é um homem de mentalidade europeia, preocupado com a política e com a pedagogia, mas é nestas vertentes que toca mais de perto o conceito universalista do «cidadão do mundo». Ao assumir-se, como tal, Sérgio interroga-se: adesão a uma Europa que tão longe estava ainda de seu ideal de cidadão do mundo?<sup>21</sup>.

<sup>16</sup> Álvaro de Campos, in *Portugal Futurista*, Lisboa, s. e., Novembro, 1917, pp. 30-34.

<sup>17</sup> Leia-se Ernesto Castro Leal, «Os modernistas portugueses e a Europa: notas de história política e cultural», *Clio*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, pp. 175-188.

<sup>18</sup> Almada Negreiros, *Sudoeste 1. Europa e Portugal*, Lisboa, Contexto Editora, 1935, p. 21 (ed. facsimilada).

<sup>19</sup> Adolfo Casais Monteiro, *Europa*, s. l., Editorial Confluência, [1946], pp. 13-15. Veja-se Maria Manuela Tavares Ribeiro, «A Europa dos intelectuais nos alvares do século XX», *Estudos do Século XX*, n.º 2, *Europa-Utopia-Europa-Realidade*, CEIS20, Coimbra, Quarteto Editora, 2002, pp. 111-113.

<sup>20</sup> R. M. «Estados Unidos da Europa», *Seara Nova*, n.º 96, 22 de Julho de 1926, p. 467. Cf. «Seara Nova, Antologia», in *Testemunhos Contemporâneos*, Lisboa, Edições Alfa, 1990, p. 52; Jaime Cortesão, «Sociedade das Nações – A Conferência de Locarno e as Colónias Portuguesas», *Seara Nova*, Lisboa, n.º 63, 5 de Dezembro de 1925, p. 46 e n.º 66, 26 de Dezembro de 1925, p. 68.

<sup>21</sup> Veja-se Sérgio Campos de Matos, «António Sérgio, europeísta?», in *A Construção da Europa. Problemas e Perspectivas*, coord. de Sérgio Campos de Matos, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp. 143-162.



Numa síntese retrospectiva dos estudos dos seareiros poder-se-á dizer que na revista *Seara Nova*, nos anos 20, se expressam ideias mais ou menos esparsas sobre a ideia de Europa. É o sentido ecuménico e universalista dos povos que prevalece no seu ideário, pese embora a interpretação marcadamente europeísta da história e da cultura nacionais. Seja como for, esta maneira de pensar reflecte um certo modelo europeu de evolução social e económica à luz do qual os articulistas da *Seara Nova* perspectivam a problemática nacional portuguesa.

Este foi o período em que mulheres, como Adelaide Cabete, Aurora de Castro e Gouveia, Alice Pestana, Elina Guimarães, entre outras, quer no âmbito da Liga das Mulheres Republicanas, quer no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, quer na Liga Portuguesa da Paz, quer nos Congressos feministas, quer ainda em revistas, como *Alma Feminina*, *A Semeadora*, *A Madrugada*, *Vida Feminina*, *Portugal Feminino*, têm uma participação na política incentivada, todavia, por insistentes esforços de propaganda. E se o tema recorrente nos seus escritos é o da educação, base nodal de militância cívica e política, a verdade é que a construção da Europa em paz é propalada pelas mulheres intelectuais portuguesas, à semelhança de Charles Lemonnier e de Sebastião de Magalhães Lima. Daí que Alice Pestana (*Caïel*), Vice-presidente da *Ligue des femmes pour le désarmement international*, tenha exaltado o fim supremo dos Amigos da Paz – a Federação Europeia<sup>22</sup>.

É que, Europa em crise ou mesmo o Ocidente em declínio poderiam regenerar-se, no sentir de muitos intelectuais, nacionais e estrangeiros, pela idealização da Europa, mas também, numa concepção mais pragmática, pela construção de uma *Nova Europa*.

### *Portugal entre a Europa e o Atlântico*

No pós-I Guerra Mundial, o regresso ao projecto da unidade europeia foi uma ideia mobilizadora de superação de uma vivência meramente nacional. Não por acaso, foi esse o tempo em que a (re)construção da união europeia era ainda um antídoto a uma sensação de angústia, ou mesmo a uma psicose do mundo moderno.

<sup>22</sup> Caïel, *La Femme et la Paix. Appel aux mères portugaises*, Lisboa, Imp. Nacional, 1898. Cf. Maria Manuela Tavares Ribeiro, «art. cit.», *Estudos do Século XX*, n.º 2, *Europa-Utopia-Europa-Realidade*, CEIS20, Coimbra, Quarteto Editora, 2002, pp. 111-113.

É um facto que Portugal, país pequeno e periférico, o mais ocidental da Europa, segundo Eduardo Lourenço, «encerrou-se [então] num solilóquio...». Lembre-se que no quadro político português do Estado Novo (1932-1974) se manifesta um premeditado distanciamento do processo de construção europeia. Não admira. Esta atitude está em clara sintonia com a filosofia política de Oliveira Salazar e do regime do Estado Novo. As suas directrizes nacionalistas, corporativistas, autoritárias, imperialistas, anti-liberais, anti-comunistas e anti-socialistas fundamentam a formação de um Estado forte, de um «internacionalismo autoritário», de um antidemocratismo sistemático.

A esta luz, a criação e depois a consolidação de uma Europa comunitária e democrática suscitou várias reservas a Salazar e aos ideólogos salazaristas. Importa sublinhar que na concepção de Oliveira Salazar, a Europa «não significa propriamente um continente, nem uma estrutura económica e muito menos uma estrutura política supra-nacional, mas engloba uma dimensão mais geral, ou seja, é sinónimo de Ocidente». E acrescenta: «o que damos é mais largo sentido ao Ocidente»<sup>23</sup>.

Ocidente em crise, recuperável todavia pela construção de uma *Nova Europa* que, na perspectiva dos ideólogos salazaristas, deveria ser erigida sobre os valores tradicionais renovados. É neste contexto que João Ameal publica, em 1938, a *Construção do Estado Novo* e, em 1945, *A Europa e os seus fantasmas*; Eduardo Freitas da Costa divulga o *Testamento da Europa* em 1942. Também Silva Dias publica em 1945 *O Problema da Europa*, contrapondo-se a sua visão católica à perspectiva mais democrática de Abel Salazar, autor de *A crise da Europa*, obra esta dada à estampa em 1942.

Se Portugal não acompanhou como elemento integrador o movimento intelectual e político que lançou os fundamentos teóricos da Comunidade Europeia, a verdade é que o nacionalismo ideológico do Estado Novo não impediu, bem pelo contrário, a liberalização económica à escala da Europa comunitária. É um facto que o reequilíbrio económico português assim o exigia. É igualmente verdade que o reconhecimento do europeísmo de Salazar está em conformidade com o seu plano estratégico. Assim ganha sentido o alinhamento de Portugal à NATO, em 1949. Não deixa de ser sintomático que a liberalização comercial na Europa e em Portugal, dos anos 40 à década de 60, tenha permitido aos produtores portugueses penetrar nos mercados e entrar no sistema concorrencial europeu. Não se pode esquecer que

<sup>23</sup> António de Oliveira Salazar, *Discursos*, IV, Coimbra, Coimbra Editora, p. 213. Veja-se Luís Reis Torgal, «Salazarismo, fascismo e Europa», *Vértice*, n.º 52, Lisboa, Jan-Fev., 1993, pp.43-90 e Norberto Ferreira da Cunha, «O Salazarismo e a ideia de Europa», in *O Federalismo Europeu. História, Política e Utopia*, coord. de Ernesto Castro Leal, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 153-179.



Portugal participou na Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), criada em 1948, e foi membro da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). A estes compromissos soma-se ainda a integração portuguesa na EFTA (1960)<sup>24</sup> e a adesão à Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD). De tudo isto ressalta uma certa flexibilidade em relação a futuras ligações de Portugal às Comunidades Europeias, comprovada, aliás, nas aspirações transmitidas em carta de 18 de Maio de 1962 entregue pelo Embaixador José Calvet de Magalhães na sede comunitária<sup>25</sup>. Também a fase preparatória do pedido de adesão de Portugal à CEE, a apresentar em Fevereiro de 1963, é adiada para 1970, ou seja, após a Conferência de Haia (1969) e a adesão da Grã-Bretanha. Apesar de não estarem reunidas as condições necessárias para uma efectiva integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, há um interesse manifesto do governo português em assinar os acordos económicos. Ora, foi com este mesmo propósito que se encetaram as negociações em 1971 que culminaram na assinatura do tratado comercial de Bruxelas celebrado em 22 de Julho de 1972.

Num momento difícil da vida portuguesa, procurava-se auferir as possíveis, as desejáveis e as necessárias vantagens económicas.

Dos temores de Salazar comungavam outros estadistas que se manifestavam explicitamente críticos. É o caso de Franco Nogueira, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, que no discurso de 7 de Abril de 1970 lembrava que a integração económica era um mito, como era um mito a unidade política da Europa. Partindo deste horizonte, percebe-se que reiterasse que só no indissolúvel conjunto da metrópole e ultramar assentava a realidade da Nação. Mas já o deputado José Pedro Pinto Leite defendera, no seu discurso de 4 de Abril de 1970, na Assembleia Nacional, que a «decadência de Portugal se inicia justamente quando Portugal se começa a isolar da Europa»<sup>26</sup>.

Diga-se que estas e outras posições contrastantes perdurariam até aos nossos dias.

Evocando o ciclo do Império, após a guerra colonial de treze anos, Portugal continuou a valorizar a sua ligação estreita à África, ao Brasil, ao Oriente.

<sup>24</sup> Maria Fernanda Rollo, «Salazar e a construção europeia», *Penélope*, n.º 18, *Portugal e a unificação europeia*, org. de A. Costa Pinto e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Edições Cosmos, 1998, pp. 51-76.

<sup>25</sup> José Calvet de Magalhães, *Portugal, España y Europa. Cien años de desafío (1890-1990)*, Mérida, 1991, pp. 129-145.

<sup>26</sup> Veja-se José Manuel Tavares Castilho, *A Ideia de Europa no Marcelismo (1968-1974)*, Lisboa, Assembleia da República, 2000, pp. 335-456.

Portugueses, como sempre fomos europeus, e glosa as palavras de Eduardo Lourenço, levando afinal a outros povos a mensagem cultural que brotava do pensamento europeu. Esta é, em última análise, a explicação que nos permite concluir que o processo de integração europeia de Portugal é um fenómeno que se insere numa evolução muitas vezes interrompida mas historicamente inevitável<sup>27</sup>.

Foi a revolução de 25 de Abril de 1974 e a consolidação da democracia portuguesa que criaram as condições de integração num empreendimento europeu, ou seja, num projecto «supranacional» de vocação democrática, pluralista, de tolerância ideológica, de preservação da identidade nacional.

Com o advento da democracia política equacionou-se em novos moldes a reconstrução do lugar e do papel de Portugal na Europa e no mundo.

Levando em conta diversas e diferentes expectativas, impunha-se, então, indagar: seria a Europa uma «fatalidade», um «mal menor», ou então, como afirma Freitas do Amaral, um imperativo da nossa história e da nossa cultura? Isto é, a Europa seria uma plataforma da nossa identidade, como se interroga Lucas Pires? O tom dominante assinalava, no momento da adesão de Portugal, em 1985/86, a inevitabilidade histórica da integração comunitária e a irreversibilidade histórica da aceitação da candidatura portuguesa.

Dir-se-á, como alguns, que a adesão de Portugal às Comunidades Europeias era ditada como um passo decisivo para «o reencontro com uma vocação histórica de abertura». Mas reencontro não significava regresso. Portugal não esteve nunca ausente da Europa. Deste modo, pode afirmar-se que reencontro é sinónimo de «redescoberta». Redescoberta que passava pela necessária redefinição de Portugal na Europa e no mundo. Assim, Portugal prosseguia «o seu caminho histórico»<sup>28</sup>.

<sup>27</sup> Eduardo Lourenço, «Portugal: entre a realidade e o sonho», *Oceanos*, n.º 16, Lisboa, 1993, p. 11.

<sup>28</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, «Le Portugal et le nouveau défi de l'Europe», in *Europe: Fédération ou Nations*, coord. de Ariane Landuyt, Paris, Éditions SEDES, 1999, pp. 191-204.